



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

Gerência de 24-10-2017 a 31-12-2017



Índice

Índice	2
1 - Introdução.....	3
2 - Análise Orçamental	8
2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas	8
2.2 - Execuções orçamentais	10
3 - Despesas com o pessoal	12
4 – Balanço e Demonstração de Resultados	14
4.1 - Balanço.....	14
4.2 – Demonstração de resultados	18
5 – Situação Financeira.....	24
5.1 – Análise de Rácios	25
5.2 – Endividamento.....	26
5.3 – Lei dos compromissos	28
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	29
7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	29



1 - Introdução

Foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas à gerência entre 24 de outubro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, tendo por objetivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea I) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas nos termos do n.º 5 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Tendo em consideração que 2017 foi um ano de eleições autárquicas, tendo ocorrido a tomada de posse de um novo Executivo a 23 de outubro, e que foram elaboradas contas intercalares a essa mesma data nos termos do n.º 5 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, são agora apresentadas as contas relativas ao período entre 24 de outubro de 2017 e 31 de dezembro de 2017. De acordo com o informado pelo Tribunal de Contas, os mapas a apresentar ao nível da contabilidade patrimonial (balanço, demonstração de resultados, balancetes, etc.) deverão apresentar os valores acumulados à data de 31 de dezembro, enquanto que os mapas orçamentais (execuções orçamentais, fluxos de caixa, etc.) deverão apresentar os valores apenas para o período entre 24-10-2017 e 31-12-2017. Para efeitos de comparabilidade com o ano anterior, também se anexaram às contas os mapas orçamentais para a totalidade do ano de 2017, para além dos mapas referentes apenas ao período em análise. Ao nível dos custos e proveitos, para além dos valores a



31 de dezembro, também se irão apresentar valores relativos ao período em análise.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI).

Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objetivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

Apesar de as contas agora apresentadas apenas incidirem sobre o período que decorreu entre 24 de outubro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, deverão ser cumpridas as imposições do RFALEI ao nível do endividamento, bem como o estabelecido na Lei dos Compromissos, pelo que será analisado o cumprimento destas obrigações legais à data de 31 de dezembro.

À presente data o Município de Celorico da Beira está obrigado a aderir ao mecanismo do saneamento financeiro nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, tendo sido aprovado a 14-09-2017 pela Assembleia Municipal, um plano de saneamento financeiro que prevê a contratualização de três empréstimos para liquidação de dívida em atraso, sendo que à data de elaboração deste documento o processo encontra-se em análise por parte do Tribunal de Contas para obtenção de visto. Com a



obtenção desses empréstimos o Município irá liquidar a maior parte da dívida em atraso, permitindo a reestruturação da dívida e a resolução de diversos processos relacionados com os pagamentos em atraso.

A EMCEL – Empresa Municipal Celoricense, esteve em processo de internalização de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 28-12-2015, nos termos do art.º 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de internalização em 2016 foram integrados os funcionários no Município em regime de cedência de interesse público, bem como foram internalizadas as atividades da EMCEL, nomeadamente o Lagar Municipal, Solar do Queijo e Centro Coordenador de Transportes, passando a ser o Município a explorar diretamente esses equipamentos. À data de 31-12-2016 foi efetuada uma partilha parcial da EMCEL onde as dívidas a terceiros (947.359,40€) e parte do imobilizado (222.567,53€) foram contabilizados nas contas de 2016 do Município. As dívidas incorporadas no Município visavam a inclusão das mesmas no plano de saneamento financeiro anteriormente mencionado. A 14-09-2017 foi aprovado pela Assembleia Municipal o Relatório de Liquidação e Projeto Partilha, tendo sido incorporado no Município o restante património por contrapartida da eliminação da respetiva participação social das contas do Município.

Tendo em consideração a data de tomada de posse do novo Executivo Municipal, o curto período de tempo decorrido até ao final do ano, não permitiu grandes desvios face à estratégia orçamental definida para 2017 pelo executivo anterior, sendo que essencialmente este período foi de gestão dos projetos que já estavam a decorrer. Dos vários projetos a decorrer destacam-se os



relacionados com obras, candidaturas, diversos contratos e protocolos. Dentro dos protocolos destaca-se um protocolo com a Associação Comercial da Guarda assinado em 2016 e que não foi cumprido por parte da associação, estando a situação a ser presentemente analisada pelo atual Executivo. Durante o período em análise foram essencialmente efetuados pagamentos normais decorrentes da atividade do Município, bem como foram pagas faturas de algumas obras iniciadas na gestão anterior, nomeadamente as relativas à requalificação dos arruamentos do loteamento Celurba e repavimentação do largo da estação em Celorico-Gare, cuja faturação liquidada cifrou-se em cerca de cem mil euros. A única obra cujo procedimento foi iniciado na gerência em análise foi a relativa ao sistema de tratamento de águas residuais da Ratoeira no valor de 54.659,55€, incluída numa candidatura ao POSEUR que prevê a requalificação de doze estações de tratamento de águas residuais.

As obras mais relevantes iniciadas em 2017 foram as seguintes:

Obra	Data de início do procedimento	Valor
Reconstrução de muro de suporte na EN16 - Lajeosa do Mondego	03-01-2017	14.309,26
Beneficiação da EM581 (Cruzamento do Baraçal - limite do Concelho)	11-01-2017	84.703,07
Alteração da mobilidade pedonal na EN16 e alteração na Rua 25 de Abril	20-03-2017	107.817,37
Requalificação dos arruamentos do Loteamento Celurba	28-03-2017	119.719,18
Repavimentação do Largo da Estação	02-05-2017	70.871,41
Obras de conservação no edifício do Tribunal de Celorico da Beira	16-05-2017	35.045,72
Implementação de Condicionamento Térmico no Edifício de Apoio	07-08-2017	9.646,00
Requalificação dos arruamentos do Loteamento Celurba (trabalhos complementares)	05-09-2017	11.168,16
Pavimentação do Caminho Agrícola das Casas do Rio	29-09-2017	29.744,66
Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Ratoeira	26-10-2017	54.659,55



Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram entre 24 de outubro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, bem como serão apresentados valores anuais para comparação com anos anteriores. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual.

2 - Análise Orçamental

Iremos analisar de seguida a evolução das despesas e receitas orçamentais contidas nos mapas de fluxos de caixa, e das execuções orçamentais, tanto para o período em análise como para o total do ano de 2017:

2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2014	2015	2016	23-10-2017	24-10-2017 e 31-12-2017	2017
Receitas Correntes	7.839.189	8.160.955	8.406.689	6.640.677	1.662.830	8.303.507
Despesas Correntes	6.272.467	7.009.864	7.250.697	5.454.139	1.254.471	6.708.610
Outras receitas	2.130	6.240	4.042	947	0	947
	1.564.592	1.144.852	1.151.950	1.185.591	408.359	1.593.950

	2014	2015	2016	23-10-2017	24-10-2017 e 31-12-2017	2017
Receitas de Capital	1.324.473	867.705	734.975	632.575	101.585	734.160
Despesas de Capital	2.946.519	1.997.723	1.953.180	1.754.363	475.747	2.230.110
	-1.622.045	-1.130.019	-1.218.205	-1.121.789	-374.161	-1.495.950

De acordo com o art. 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a regra de equilíbrio orçamental prevê que a receita corrente deve ser superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Esta nova regra altera o pressuposto do POCAL anteriormente em vigor, em que bastava apenas que as receitas correntes fossem iguais ou superiores às despesas correntes. Tendo em conta a nova regra de equilíbrio orçamental, considerando que as amortizações médias em



2017 foram, de acordo com os nossos cálculos de 831.861€, calculadas de acordo com a Lei e com a nota explicativa do SATAPOCAL sobre esta matéria e prevista no plano de saneamento financeiro, temos os seguintes valores:

	2017
Receitas Correntes	8.303.507
Despesas Correntes	6.708.610
Amortizações médias	831.861
	763.035

De acordo com os valores atrás apresentados, o Município em 2017 cumpria com o princípio de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI.

No que diz respeito aos pagamentos especificamente, temos os seguintes valores para 2017:

	Até 23-10-2017	Entre 24-10-2017 e 31-12-2017	Ano de 2017
Pagamentos	7.208.502,55	1.730.217,68	8.938.720,23

Os pagamentos relativos ao período em análise são essencialmente referentes à atividade corrente do Município, sendo que os valores anuais pagos são ligeiramente inferiores aos verificados nos anos anteriores.

Relativamente às receitas provenientes dos fundos estatais, temos os valores recebidos e a receber no quadro seguinte:

	FEF			FSM	IRS	Total
	Corrente	Capital	Total FEF			
2016	4.724.625	524.958	5.249.583	153.723	149.873	5.553.179
23-10-2017	4.066.880	451.870	4.518.750	128.100	113.940	4.760.790
24-10 a 31-12	813.379	90.381	903.760	25.623	22.796	952.179
2017	4.880.259	542.251	5.422.510	153.723	136.736	5.712.969



2.2 - Execuções orçamentais

	2014	2015	2016	23-10-2017	24-10-2017 e 31-12-2017	2017
Receitas Correntes	105,23%	98,96%	43,18%	75,97%	18,92%	94,89%
Receitas de Capital	5,27%	3,83%	71,50%	4,08%	0,66%	4,74%
Total Geral	28,11%	29,24%	44,62%	29,85%	7,33%	37,18%

	2014	2015	2016	23-10-2017	24-10-2017 e 31-12-2017	2017
Despesas Correntes	40,34%	43,24%	56,07%	43,25%	9,95%	53,20%
Despesa de Capital	28,10%	13,48%	25,24%	14,97%	4,06%	19,03%
Total Geral	28,12%	29,03%	44,52%	29,63%	7,11%	36,74%

	2014	2015	2016	23-10-2017	24-10-2017 e 31-12-2017	2017
Execução do PPI	70,51%	60,41%	63,04%	60,79%	0,55%	61,34%

As percentagens das execuções orçamentais em 2017, à semelhança das execuções dos anos anteriores, foram muito baixas devido ao facto do Município ter orçamentado no orçamento de 2017, as despesas e receitas associadas ao financiamento saneamento financeiro, de acordo com os princípios contabilísticos em vigor, mas que não foram executadas devido à não obtenção dos financiamentos. O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta uma execução semelhante à dos dois anos anteriores devendo-se ter em consideração que grande parte dos valores constantes no PPI são relativos a dívidas a aguardar financiamento do saneamento financeiro. O valor executado em 2017 deve-se essencialmente à execução dos projetos previstos para o próprio ano no orçamento de 2017, bem como através da liquidação de algumas dívidas de anos anteriores.



A nível da receita foram previstos 11.576.059 € de receitas correntes e de capital relativo ao empréstimo do saneamento, que não ainda foi recebido em 2017, o que levou a uma baixa execução das receitas de capital. Este valor não é muito diferente do valor final definitivo do saneamento financeiro que é de 11.592.671 €. No que diz respeito às despesas, a dívida prevista e orçamentada foi superior a onze milhões de euros, que se previa ser paga com financiamento do mecanismo de recuperação financeira, mas que acabou por não ser executada na totalidade por não se ter obtido o respetivo financiamento, daí os baixos valores de execução na despesa.

Os valores apresentados nos quadros anteriores, relativos ao período da gerência em análise, apresentam valores diferentes dos mapas de execução orçamental para o mesmo período, visto que as dotações nos mapas orçamentais estão desvirtuados pelas alterações orçamentais efetuadas entre 24-10-2017 e 31-12-2017, o que faz com que apresentem execuções enviesadas. Os mapas relativos à totalidade do ano já apresentam os valores de execução corretos, pelo que se calculou a diferença de pontos percentuais entre 31-12-2017 e 23-10-2017, para apurar a execução ocorrida no período da gerência em análise.



3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, os custos suportados são os seguintes de acordo com a demonstração de resultados:

	2016	23-10-2017	24-10-2017 e 31-12-2017	2017
Remunerações	2.764.966,10	2.246.668,48	564.431,10	2.811.099,58
Encargos Sociais	825.068,50	608.861,79	153.433,06	762.294,85
	3.590.034,60	2.855.530,27	717.864,16	3.573.394,43

Entre 2017 e 2016, houve uma ligeira redução de despesas com pessoal, sendo que para essa redução contribuíram algumas rescisões contratuais e licenças sem vencimento. Os valores atrás apresentados diferem dos constantes dos mapas de execução orçamental, visto que a nível orçamental não se tem em consideração a especialização dos exercícios.

Houve durante o ano de 2017 algumas mobilidades internas aprovadas pelo anterior executivo que resultaram num ligeiro aumento das despesas com pessoal, conforme o disposto no quadro seguinte:

Categoria Inicial	Categoria solicitada em mobilidade	Remuneração anterior	Remuneração após mobilidade	Acréscimo mensal
Assist. Operacional	Encarregado Geral	995,51 €	1.047,00 €	51,49 €
Assist. Operacional	Encarregado Geral	738,05 €	837,60 €	99,55 €
Assist. Operacional	Encarregado Geral	700,29 €	837,60 €	137,31 €
Assist. Operacional	Encarregado Geral	557,00 €	837,60 €	280,60 €
Assist. Operacional	Assist. Técnico	557,00 €	683,13 €	126,13 €
Assist. Operacional	Assist. Técnico	557,00 €	683,13 €	126,13 €
Assist. Operacional	Assist. Técnico	557,00 €	683,13 €	126,13 €
				947,34 €



É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, o Município remeteu trimestralmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.

4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respetivos valores.

4.1 - Balanço

- Classe 4 - Imobilizado

	2014	2015	2016	2017	2017-2016
Imob. Domínio Publico	25.596.399	24.898.046	24.569.073	24.200.005	-369.069
Imob. Corpóreo	19.698.348	19.481.162	19.370.357	22.074.224	2.703.868
	45.294.746	44.379.209	43.939.430	46.274.229	2.334.799

Da análise desta classe do balanço verifica-se um acréscimo no património da Autarquia comparativamente ao ano anterior, situação essa devida à integração do património da EMCEL nas contas do Município.

- Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão refletidos os proveitos até 31-12-2017 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em períodos posteriores, como por exemplo os impostos municipais.



- Classe 5- Capital Próprio

As contas desta rubrica sofreram diversos ajustes relacionados com a transição de valores relacionados com a internalização da EMCEL, para a conta de resultados transitados, estando esses movimentos discriminados no anexo às demonstrações financeiras.

- Passivo

Analisando o historicamente o passivo, chegamos aos seguintes valores:

	2014	2015	2016	2017	2017-2016
Dívidas a 3ºs de Curto Prazo	15.320.458	14.763.760	13.010.227	13.572.215	561.988
Dívidas a 3ºs de MLP	5.449.038	4.805.761	5.673.325	4.376.954	-1.296.371
	20.769.496	19.569.521	18.683.552	17.949.169	-734.383

Em relação às dívidas a terceiros e à semelhança de períodos anteriores, o Município abateu dívidas antigas, empréstimos, bem como à dívida recente tendo a mesma sido sua maioria liquidada em 90 dias. Deve-se evidenciar que está contabilizada um valor relativo ao edifício de habitação social situado no bairro de Stª Luzia, de 1.303.431€, cujo valor deveria ser reduzido por força de pagamentos resultantes de um contrato de arrendamento. O contrato em questão previa o abatimento das rendas pagas mensalmente pelo Município no valor de 4.435,64€ pelo Município ao valor da dívida em causa, mas que a empresa até à data não cumpriu com o estipulado



no contrato, alegando a existência de um processo judicial. Está também contabilizada nas dívidas a terceiros a participação do Município no Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor global de 258.398,52, conforme o comunicado pela DGAL e de acordo com a nota explicativa emanada pelo SATAPOCAL relativa à contabilização desta participação conforme o disposto na Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto. De acordo com o SATAPOCAL, a contabilização da participação dos Municípios no FAM deverá ser contabilizada nas dívidas a terceiros por contrapartida de uma conta de investimentos financeiros, que se encontra no ativo do balanço. Esta dívida apesar de constar nas dívidas a terceiros, não deverá ser tida em conta no cálculo do endividamento do Município, situação que será analisada mais à frente neste relatório.

Assim, registou-se efetivamente uma redução da dívida a terceiros no valor de 734.383€, face a 2016, sendo que a maior parte da redução resultou da amortização da dívida bancária, mas também de dívida resultante de acordos de pagamento.

Relativamente ao período da gerência em análise, podemos verificar os valores das dívidas a terceiros no quadro seguinte:

	23-10-2017	2017	24-10-2017 e 31-12-2017
Dívidas a 3ºs de Curto Prazo	13.769.806	13.572.215	-197.591
Dívidas a 3ºs de MLP	4.273.763	4.376.954	103.192
	18.043.568	17.949.169	-94.399

Houve uma redução global de cerca de noventa e quatro mil euros ao endividamento face aos montantes verificados a 23-10-2017. Este valor resulta



essencialmente da amortização de empréstimos, mas deve ter-se também em consideração a existência de compromissos assumidos tanto na gerência anterior como na atual, cuja faturação recaiu no período em análise.

- Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os montantes incluídos nesta conta do balanço, referem-se a custos até 31-12-2017 e que apenas serão pagos posteriormente, onde se incluem juros de empréstimos bancários, eletricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal.

- Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflete os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respetivas amortizações.



4.2 – Demonstração de resultados

A demonstração de resultados mostra valores anuais, mas dada a natureza do mesmo, é possível distinguir os valores da gerência em análise dos da gerência anterior, conforme o quadro seguinte:

Designação	Conta POCAL	23-10-2017	24-10-2017 e 31-12-2017	2017	2016
Mercadorias	612	282.687,35	52.959,05	335.646,40	315.739,88
Matérias	616	29.129,25	5.381,23	34.510,48	28.253,62
Fornecimentos e serviços externos	62	1.837.691,87	377.143,01	2.214.834,88	1.981.606,89
Remunerações	641+642	2.246.668,48	564.431,10	2.811.099,58	2.764.966,10
Encargos sociais	643 a 648	608.861,79	153.433,06	762.294,85	825.068,50
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	63	184.800,71	59.357,41	244.158,12	148.374,85
Amortizações do exercício	66	1.091.720,17	259.625,15	1.351.345,32	1.314.596,13
Provisões do exercício	67	4.611,16	866,36	5.477,52	1.910,17
Outros custos e perdas operacionais	65	77.233,03	3.966,07	81.199,10	115.687,70
Custos e perdas financeiras	68	178.924,24	179.824,17	358.748,41	489.106,88
Custos e perdas extraordinárias	69	287.213,36	185.485,05	472.698,41	65.630,16
Total Custos e Perdas		6.829.541,41	1.842.471,66	8.672.013,07	8.050.940,88
Vendas de mercadorias	7111	174.486,67	34.779,91	209.266,58	201.839,82
Vendas de produtos	7112+7113	51.632,49	26.219,59	77.852,08	114.998,73
Prestações de serviços	712	572.951,69	132.534,05	705.485,74	689.922,14
Impostos e taxas	72	1.208.469,32	139.095,78	1.347.565,10	1.475.815,18
Trabalhos para a própria entidade	75	15.694,85	0,00	15.694,85	25.920,80
Proveitos suplementares	73	263.529,84	61.120,50	324.650,34	328.545,75
Transferências e subsídios obtidos	74	5.062.941,78	1.100.014,12	6.162.955,90	6.059.847,18
Outros proveitos e ganhos operacionais	76	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveitos e ganhos financeiros	78	482,17	-9,16	473,01	19.056,97
Proveitos e ganhos extraordinários	79	679.456,36	133.097,35	812.553,71	1.087.364,64
Total Proveitos e Ganhos	-	8.029.645,17	1.626.852,14	9.656.497,31	10.003.311,21

Resultados operacionais	81	986.302,83	16.601,51	1.002.904,34	1.400.685,76
Resultados Financeiros	82	-178.442,07	-179.833,33	-358.275,40	-470.049,91
Resultados correntes	83	807.860,76	-163.231,82	644.628,94	930.635,85
Resultados extraordinários	84	392.243,00	-52.387,70	339.855,30	1.021.734,48
Resultado líquido do exercício	88	1.200.103,76	-215.619,52	984.484,24	1.952.370,33

Analisando os dados verificamos que em 2017 os resultados foram positivos apesar de haver uma redução face ao ano anterior, que explicaremos



seguidamente. No que diz respeito à gerência em análise o resultado líquido negativo verificado, resulta do facto de a maior parte da receita do ano ter sido arrecada no período anterior, sendo que houve uma redução da receita do IMI face ao ano anterior e de haver grandes custos perto do final do ano como por exemplo os juros dos empréstimos pagos em dezembro, bem como juros moratórios. Deve-se salientar no entanto os resultados operacionais positivos em todos os períodos analisados.

Analisando as contas de custos e proveitos mais relevantes temos o seguinte:

- Conta 62 – Fornecimentos e serviços externos

Nesta conta estão registados a maior parte dos bens e serviços adquiridos pela autarquia no âmbito da sua atividade, sendo que 2017 tem um aumento de custos face a 2016 na sua maior parte relacionada com despesas de conservação e reparação de veículos e imóveis, cujo valor em 2017 foi de cerca de cento e vinte e três mil euros. Houve também um aumento com os custos de iluminação pública, visto que um dos nossos fornecedores de eletricidade não faturou a maior parte dos contratos desde julho de 2016 até ao final do ano por problemas com a faturação. O montante não pago acabou por ser cobrado com os devidos ajustes apenas em 2017 o que resultou num aumento de cerca de setenta e quatro mil euros face a 2016.



- Conta 63 – Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais

Aqui estão contabilizadas as transferências correntes concedidas a associações e particulares, cujo valor teve um aumento de cerca de noventa e cinco mil euros face a 2016.

- Conta 68 – Custos e perdas financeiros

Estão aqui refletidos custos com juros à banca e juros moratórios sendo que estes últimos tiveram uma grande redução face a 2016.

- Conta 69 – Custos e perdas extraordinárias

Aqui estão incluídos os encargos e faturas de anos anteriores, mas que só foram contabilizadas em 2017, restituições e diversas regularizações. Também estão aqui contabilizadas as transferências de capital concedidas a diversas entidades do concelho no valor de sessenta e oito mil euros, bem como dívidas que transitaram da EMCEL de cerca de setenta e quatro mil euros, acréscimos de custos e regularizações de acréscimos de proveitos de cerca de cento e noventa mil euros.



- Conta 71 – Vendas e prestações de serviços

Estas contas contêm essencialmente as receitas resultantes da cobrança de água e saneamento aos munícipes, bem como receita provenientes das atividades do Solar do Queijo e Central de Camionagem.

- Conta 72 – Impostos e taxas

As receitas com o IMI, IMT, IUC, derrama e taxas e são contabilizadas nesta conta. Também são contabilizados impostos indiretos e acertos de reembolsos, restituições e anulações. O quadro seguinte demonstra a evolução das receitas de impostos contabilizadas nesta conta nos últimos anos:

	2014	2015	2016	2017
IMI	938.465	960.000	1.060.000	928.894
IUC	143.215	142.180	141.776	147.331
IMT	121.790	56.894	79.048	79.323
Derrama	114.990	106.500	108.000	110.596
	1.318.460	1.265.574	1.388.824	1.266.144

Em 2017 o valor do IMI teve uma grande redução face a 2016, visto que em 2016 houve uma receita extraordinária de IMI relacionada com imposto devido pelos parques eólicos, situação que já não se verificou em 2017 dado existirem processos judiciais entre as empresa e a Autoridade Tributária nesta matéria. Os valores do quadro anterior diferem dos valores dos mapas



orçamentais visto que os valores da demonstração de resultados reflete a especialização dos exercícios.

- Conta 73 – Proveitos suplementares

Nesta conta está contabilizada a renda de concessão paga pela EDP.

- Conta 75 – Trabalhos para a própria entidade

Através da contabilidade analítica foi possível fazer o apuramento dos custos dos trabalhos para a própria entidade que devem ser refletidos no património do Município, que até 31-12-2017 foram valorizados em 15.694,85€. Estes montantes foram calculados de acordo com os custos apurados de mão-de-obra, gastos de viaturas e outros custos, sendo que várias despesas foram contabilizadas diretamente nas contas de imobilizado, não estando aqui refletidas.

- Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, redução de provisões, bem como a especialização e acertos das receitas de participações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios. Em 2016 tinha havido uma grande redução de provisões, situação que já não se verificou em 2017, daí a diferença de valores de um ano para o outro nesta conta.



- Conta 88 – Resultado líquido do exercício

Os resultados do Município para o período em análise registaram um valor positivo de 984.484,24. O resultado positivo significa que na atividade do ano houve mais proveitos que custos, apesar da redução verificada face ao ano de 2016, já justificada anteriormente.



5 – Situação Financeira

A situação financeira do Município é atualmente de saneamento financeiro conforme o definido no RFALEI, tendo a Assembleia Municipal deliberado a 14 de setembro do corrente ano a adesão a um plano de saneamento de modo a solicitar financiamento para cobrir as dívidas. A liquidação e internalização da EMCEL permitiu consolidar a dívida do grupo municipal, sendo que o saneamento financeiro visa liquidar as dívidas tanto do Município como da extinta EMCEL, estando o processo a ser analisado pelo Tribunal de contas.

É intenção deste executivo dar continuidade a alguns projetos estruturantes que transitaram na gerência anterior, nomeadamente no que diz respeito à requalificação das escolas, requalificação dos centros históricos e requalificação das infraestruturas de tratamento de águas residuais. Alguns destes projetos estão a ser reformulados de modo a adaptarem-se às circunstâncias atuais do Município, sendo que a execução destes e outros projetos não poderão por em causa os objetivos de redução do endividamento previstos no plano de saneamento financeiro. Assim, para o futuro, é intenção dar continuidade à redução da dívida, pelo que irão ser feitos todos os ajustes e reformulações necessária no Município com vista nesses objetivos.



5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

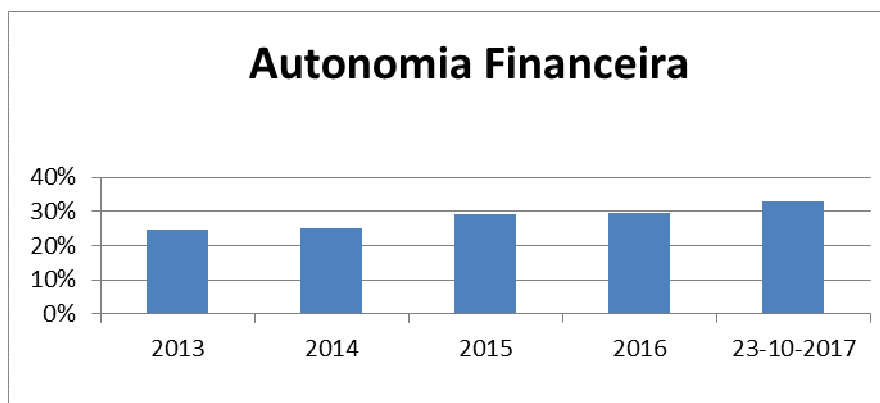
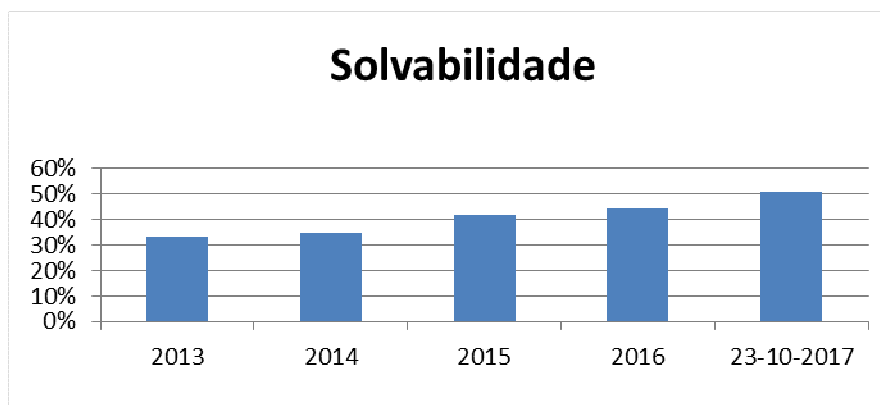
	2013	2014	2015	2016	2017
1 Solvabilidade (FP/P)	33%	35%	42%	44%	51%
2 Autonomia Financeira (FP/A)	25%	25%	29%	29%	33%
3 Liquidez Geral (A circ/P circ)	12,73%	14,96%	14,59%	17,16%	16,59%

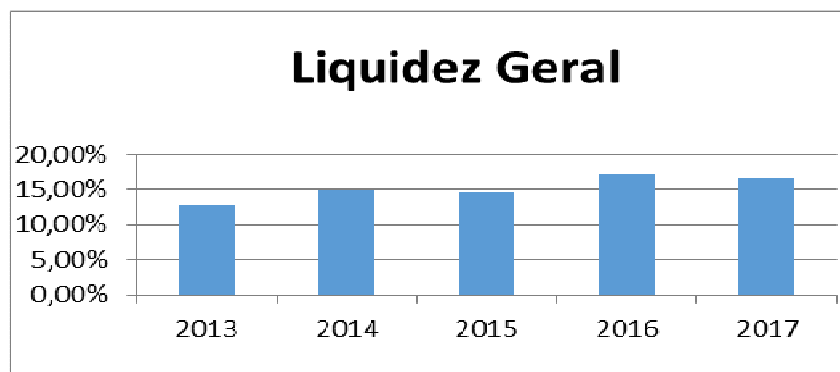
1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;

Gráficos:





Os valores até 31-12-2017 dos rácios apresentam um ligeiro acréscimo face ao ano anterior na solvabilidade e autonomia financeira devido às valorizações patrimoniais no ativo e capital próprio da autarquia, bem como devido à diminuição do passivo em cerca de face ao ano anterior. A liquidez geral também apresenta um acréscimo devido um ligeiro aumento do ativo circulante face ao ano anterior.

5.2 – Endividamento

De acordo com o estipulado no RFALEI e tendo em consideração os limites para 2017 apurados pela DGAL, temos os seguintes valores de endividamento referentes a 31-12-2017:



	31-12-2017
Limite Endividamento 2017	12.196.919,05
Dívida Total 01-01-2017 - DGAL	18.683.552,00
Excesso a 01-01-2017	6.486.632,95
Dívida total à data	17.949.169,35
SEL e entidades participadas	276.436,00
Endividamento não orçamental	87.177,71
FAM	258.398,52
Dívida final	17.880.029,12
Excesso à data	5.683.110,07
10% a reduzir em 2017	648.663,30
Redução do excesso à data	803.522,88
% excesso reduzido à data	-12,39%

De acordo com os cálculos internamente efetuados, à data da elaboração deste relatório, a 31-12-2017 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 12.39% face aos limites previstos. Significa que à data em análise o Município já quase que atingiu a redução de 10% do excesso a que estava obrigado pelo RFALEI. Os dados oficiais da DGAL relativamente a 2017 só estarão disponíveis após o envio dos dados definitivos das contas após 30 de abril 2018, sendo os valores atrás apresentados são ainda provisórios, dado ainda faltar apurar a contribuição de outras entidades para o endividamento do Município.



5.3 – Lei dos compromissos

No que diz respeito ao cumprimento da Lei dos Compromissos, o Município tem pugnado pelo cumprimento com os pagamentos em 90 dias, tem implementado procedimentos para que todas as despesas tenham compromisso prévio, tem contabilizado os compromissos plurianuais sendo os mesmos comunicados à Assembleia Municipal e tem controlado os fundos disponíveis e reduzido os pagamentos em atraso. A obtenção do financiamento do saneamento permitirá eliminar a totalidade dos pagamentos em atraso, sendo que, entretanto, o Município está a cumprir com acordos de pagamentos com diversas entidades com o objetivo de reduzir essas dívidas de acordo com as disponibilidades do Município. Deve-se ainda salientar que no decorrer do ano de 2017, por força da necessidade de regularizar dívidas da EMCEL por não se ter chegado a acordo com o banco Millennium BCP no âmbito da internalização, o anterior executivo canalizou verbas que estavam destinadas ao pagamento das dívidas de águas em alta e saneamento, para liquidação de dívidas à entidade atrás mencionada no valor de 276.435,83€, através da cobertura de prejuízos de anos anteriores da EMCEL. O não pagamento dessas dívidas poderia por em causa o processo de liquidação da EMCEL, pelo que se optou dar prioridade à regularização essa situação, o que impediu a liquidação da faturação em causa no prazo definido por lei, tendo a mesma contribuído para os pagamentos em atraso.

6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2017 foi positivo no valor de 984.484,24€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, em 2018 deverá ser transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.



7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2018 do Orçamento de Estado, houve algumas alterações legislativas no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM), que culminam na redução da participação dos município no respetivo fundo. Para esse efeito o FAM emitiu notas de crédito com data de 31-12-2017, no entanto a alteração legislativa apenas entrou em vigor em 2018, pelo que na opinião dos nossos Revisores Oficiais de Contas, esse acerto deve apenas ser contabilizado em 2018. Assim os acertos contabilísticos a efetuar no ativo e passivo no montante de 161.498,52€, conforme notas de crédito emitidas, apenas serão efetuados em 2018.

O Presidente da Câmara

Carlos Manuel Fonseca Ascensão (Dr.)